

Demonstrações Financeiras

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023,
com relatório do auditor independente

Relatório da administração

Senhores,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.** (“**Trinus SCD**” ou “Companhia”) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensagem da Administração

A **Trinus SCD** tem por objeto social as atividades de operações de empréstimo, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio eletrônico oriundos de capital próprio, cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses da lei em vigor, análise de crédito para terceiros e cobrança, atuação como representante de seguros da distribuição de seguros conforme determinado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções nº 4.557/17 e nº 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, a Trinus Investimentos e Trinus SCD mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

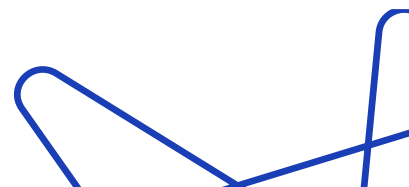
Em 31 de dezembro de 2024, os limites operacionais da **Trinus SCD**, contemplados no cálculo da Basileia no nível do conglomerado financeiro apresentado pela Companhia, demonstraram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

Destaques do período

Negócio

A Trinus SCD, no segundo semestre de 2024, permanece com status de "produção assistida", atendendo apenas um grupo controlado de clientes. A instituição finalizou toda sua adequação para atender seu maior cliente PJ, oferecendo serviços financeiros e contas embutidas nas soluções de Plataforma da Trinus.

No último semestre, as linhas de crédito a Risco Sacado foram instituídas e ofertadas exclusivamente para clientes pertencentes ao grupo econômico da Trinus Co. O Internet Banking continua de uso exclusivo para o grupo restrito, sob domínio da VPN, com previsão de liberação para o próximo ano. Reconhecemos a importância dessas transformações e destacamos os principais motivos que nos levaram a essa mudança: eficiência operacional, maior capacidade de integração e uma experiência aprimorada aos clientes pessoa jurídica do segmento imobiliário.



ESG

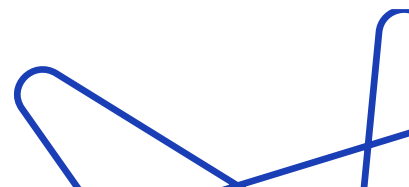
Movida pelo propósito transformador, a Trinus Co., *holding* da Trinus SCD, assume o compromisso de fortalecer seu crescimento com sustentabilidade. Para isto, a holding possui uma área dedicada exclusivamente a endereçar e disseminar as práticas ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e de Governança) de maneira transversal em todas as empresas que a compõem.

A holding é signatária do Pacto Global da ONU, a maior iniciativa de sustentabilidade do mundo. Por sua vez, a TG Core Asset, gestora de recursos de terceiros do grupo, como signatária dos Princípios para o Investimento Responsável da ONU (PRI-ONU), realizou o primeiro reporte público, informando como integra fatores ESG no seu processo de investimento e tomada de decisão.

Aderente aos compromissos firmados por todo o ecossistema da holding, a Trinus Investimentos, conta com: i) Treinamentos periódicos para todos os colaboradores acerca dos temas: Ética e Anti-Corrupção; Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo; Segurança Cibernética; e, Compliance e Suitability; ii) Due Diligence de clientes (KYC) e de gestoras dos produtos distribuídos (KYP). As diligências são feitas por meio de bureau de consulta de informações com o objetivo de identificar a presença em listas restritivas, em especial, CSNU, trabalho infantil e escravo; iii) Política ESG divulgada publicamente no site da holding.

Aprovada pela Administração em 17 de março de 2025.

A Administração.



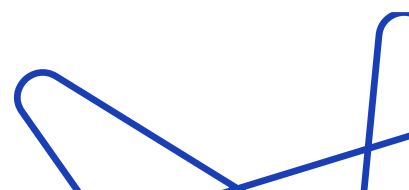
Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

| | |
|---|---|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... | 1 |
| Demonstrações financeiras auditadas | |
| Balancos patrimoniais | 4 |
| Demonstração dos resultados..... | 5 |
| Demonstração dos resultados abrangentes | 6 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... | 7 |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 8 |
| Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras..... | 9 |





Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Emerson Morelli', is written over the printed name and registration information.

Emerson Morelli
Contador CRC 1SP249401/O-4

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balancos patrimoniais em
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)

| | Notas | dez/24 | dez/23 |
|--|----------|---------------|---------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 63.060 | 3.720 |
| Relações interfinanceiras | 4 | 1.008 | - |
| Operações de crédito | 5 | 642 | 653 |
| Operações de crédito | | 642 | 653 |
| Outros ativos | | 690 | 834 |
| Diversos | 6 | 690 | 834 |
| Ativo circulante | | 65.400 | 5.207 |
| Outros ativos | 6 | 153 | 653 |
| Diversos | | 153 | 653 |
| Ativo não circulante | | 153 | - |
| Total do ativo | | 65.553 | 5.207 |
| Depósitos e demais instrumentos financeiros | 7 | 59.547 | 3.089 |
| Depósitos | | 59.547 | 3.089 |
| Outras obrigações | 8 | 788 | 100 |
| Sociais e estatutárias | | 192 | - |
| Fiscais e previdenciárias | | 376 | 12 |
| Provisão para pagamentos a efetuar | | 220 | 88 |
| Passivo circulante | | 60.335 | 3.189 |
| Capital social | 9 | 4.600 | 4.600 |
| Capital a integralizar | 9 | - | (700) |
| Reserva de lucros | | 618 | - |
| Prejuízos acumulados | | - | (1.882) |
| Patrimônio líquido | | 5.218 | 2.018 |
| Total do passivo + patrimônio líquido | | 65.553 | 5.207 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração dos resultados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

| | Notas | 2sem/24 | 2024 | 2023 |
|--|-------|------------------|------------------|-----------|
| Receitas de intermediação financeira | | 5.203 | 8.456 | 800 |
| Receitas com operações de crédito | 10 | 203 | 207 | 72 |
| Receitas com aplicações interfinanceiras | 11 | 5.000 | 8.249 | 728 |
| Resultado de intermediação financeira | | 5.203 | 8.456 | 800 |
| Outras receitas/despesas operacionais | | (3.289) | (4.751) | (1.696) |
| Receitas com serviços prestados | | 173 | 243 | - |
| Despesas de pessoal | 12 | (151) | (221) | (183) |
| Outras despesas administrativas | 13 | (3.158) | (4.829) | (1.700) |
| Despesas tributárias | | (279) | (443) | (63) |
| Outras receitas operacionais | | 126 | 499 | 250 |
| Resultado operacional | | 1.914 | 3.705 | (896) |
| Resultado antes da tributação do imposto de renda e contribuição social | | 1.914 | 3.705 | (896) |
| Imposto de renda | 14 | (323) | (624) | - |
| Contribuição social | 14 | (201) | (389) | - |
| Lucro líquido(prejuízo) do semestre / exercícios | | 1.390 | 2.692 | (896) |
| Número de ações | | 4.600.000 | 4.600.000 | 4.600.000 |
| (Prejuízo por mil ações) | | 0,3022 | 0,5852 | (0,1948) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

| | 2sem/24 | 2024 | 2023 |
|---|--------------|--------------|--------------|
| Lucro líquido(prejuízo) do semestre / exercícios | 1.390 | 2.692 | (896) |
| Resultado abrangente total | 1.390 | 2.692 | (896) |
| Resultado abrangente atribuível aos: | 1.390 | 2.692 | (896) |
| Acionistas controladores | 1.390 | 2.692 | (896) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

| | Capital social | Aumento de capital | Capital a integralizar | Reserva legal | Reserva de lucros especiais | Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido |
|---|----------------|--------------------|------------------------|---------------|-----------------------------|----------------------|--------------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2023 | 3.000 | 1.600 | (1.600) | - | - | (986) | 2.014 |
| Aumento de capital aprovado | 1.600 | (1.600) | - | - | - | - | - |
| Integralização de capital | - | - | 900 | - | - | - | 900 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | - | (896) | (896) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 4.600 | - | (700) | - | - | (1.882) | 2.018 |
| Saldos em 1º de janeiro de 2024 | 4.600 | - | (700) | - | - | (1.882) | 2.018 |
| Integralização de capital | - | - | 700 | - | - | - | 700 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 2.692 | 2.692 |
| Reserva legal | - | - | - | 41 | - | (41) | - |
| Dividendos obrigatórios | - | - | - | - | - | (192) | (192) |
| Reservas estatutárias | - | - | - | - | 577 | (577) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 4.600 | - | - | 41 | 577 | - | 5.218 |
| Saldos em 1º de julho de 2024 | 4.600 | - | - | - | - | (580) | 4.020 |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | - | 1.390 | 1.390 |
| Reserva legal | - | - | - | 41 | - | (41) | - |
| Dividendos obrigatórios | - | - | - | - | - | (192) | (192) |
| Reservas estatutárias | - | - | - | - | 577 | (577) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 4.600 | - | - | 41 | 577 | - | 5.218 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

| | 2sem/24 | 2024 | 2023 |
|--|---------------|---------------|-------|
| <u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u> | | | |
| Resultado antes do IR e CSLL | 1.914 | 3.705 | (896) |
| Ajuste por: | | | |
| Juros sobre operações de crédito | (203) | (207) | (72) |
| <u>Variação em ativos operacionais:</u> | 49 | (799) | 411 |
| (Aumento) Redução em relações interfinanceiras | 287 | (1.008) | - |
| (Aumento) Operações de crédito | (439) | 218 | 1.050 |
| (Aumento) Redução em outros créditos | 201 | (9) | (639) |
| <u>Variação em passivos operacionais:</u> | 21.386 | 55.941 | 2.632 |
| Aumento em depósitos e outros instrumentos financeiros | 21.790 | 56.458 | 2.602 |
| Aumento em obrigações fiscais e previdenciárias | (180) | (157) | 3 |
| Aumento (Redução) em obrigações diversas | 179 | 332 | 27 |
| Pagamento de impostos sobre o lucro | (403) | (692) | - |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 23.146 | 58.640 | 2.075 |
| <u>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</u> | | | |
| Integralizações de capital | - | 700 | 900 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos | - | 700 | 900 |
| Aumento líquido gerado pelos caixas e equivalentes de caixa | 23.146 | 59.340 | 2.975 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 39.914 | 3.720 | 745 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 63.060 | 63.060 | 3.720 |
| Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | 23.146 | 59.340 | 2.975 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A., denominada “Companhia”, tem por objeto social as atividades de operações de empréstimos, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio eletrônico oriundos de capital próprio, cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses da lei em vigor, análise de crédito para terceiros e cobrança, atuação como representante de seguros da distribuição de seguros conforme determinado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

A Companhia obteve autorização para funcionamento após o comunicado emitido pelo Banco Central através do Diário Oficial, em 4 de janeiro de 2021, de acordo com o Comunicado Geral nº121000098 expedido pelo DEORF – Bacen. Assim, a Companhia iniciou suas atividades em 1º de fevereiro de 2021.

A Trinus SCD, no segundo semestre de 2024, permanece com status de “produção assistida”, atendendo apenas um grupo controlado de clientes. A instituição finalizou toda sua adequação para atender seu maior cliente PJ, oferecendo serviços financeiros e contas embutidas nas soluções de Plataforma da Trinus.

No último semestre, as linhas de crédito a Risco Sacado foram instituídas e ofertadas exclusivamente para clientes pertencentes ao grupo econômico da Trinus Co. O Internet Banking continua de uso exclusivo para o grupo restrito, sob domínio da VPN, com previsão de liberação para o próximo ano.

A importância dessas transformações é destacada, assim como os principais motivos que levaram a essa mudança: eficiência operacional, maior capacidade de integração e uma experiência aprimorada aos clientes pessoa jurídica do segmento imobiliário.

2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras foram revisadas e autorizadas pela diretoria em 17 de março de 2025.

2.1 Alterações nas normas contábeis brasileiras

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos já aprovados pelo Bacen são:

- Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01 (R1));
- Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (CPC 02 (R2));
- Res. 3.604/08 - demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03 (R2));
- Res. 4.534/16 - ativo intangível (CPC 04 (R1));
- Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1));
- Res. 3.989/11 - pagamento baseados em ações (CPC 10 (R1));
- Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23);
- Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24);
- Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25);
- Res. 4.535/16 - ativo imobilizado (CPC 27);
- Res. 4.424/15 - registro contábil e evidenciação de benefícios a empregados (CPC 33 (R1));
- Res. 3.959/19 - resultado por ação (CPC 41);
- Res. 4.748/19 - mensuração ao valor justo (CPC 46).

Atualmente não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras.

Em 25 de novembro de 2021, o Bacen aprovou a Resolução CMN nº 4.966 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A área de risco da Companhia avaliou a implementação dessa norma e entende que os ativos financeiros mantidos pela Companhia não sofrerão impactos relevantes nas demonstrações financeiras do exercício de 2024. A nova metodologia de cálculo considerada demonstrou um valor mínimo de impacto na provisão para perdas para as operações de crédito. Sendo assim, a Administração entende que não há efeitos adicionais a serem mencionados nas demonstrações financeiras.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e TVM que se encaixam nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2), com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução Bacen nº 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são demonstradas pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (Bacen) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários serão classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Títulos para negociação – adquiridos com o objetivo de serem ativa e, frequentemente, negociados, serão ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, serão ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, serão avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com taxas pós-fixadas ou indexadas a indicadores variáveis são registradas no balanço da Companhia por seu valor atualizado até a data de balanço.

As rendas com as respectivas operações de crédito são registradas no resultado de acordo com a competência em que são decorridas até o limite de 60 dias em atraso. Operações com atraso superior a 60 dias não possuem receita reconhecida no resultado de acordo com a Resolução nº 2.682.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são realizadas e registradas de acordo com o nível de risco atrelado às operações, levando em consideração as variáveis definidas na Resolução nº 2.682 do Bacen, em que determina uma série de fatores que podem levar a operação ao maior ou menor risco. Atualmente os registros obedecem ao mínimo dos nove riscos estabelecidos pela regra, podendo ser de nível AA ao H.

g) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais serão efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** não serão reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes:** serão incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não serão, portanto, provisionados, mas divulgados, se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados, se classificados como perda remota;
- **Provisões:** serão reconhecidas nas informações financeiras, quando baseadas na opinião de assessores jurídicos e da administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, quando for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela administração serão contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas estas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente, usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do fechamento de balanço.

j) Demais ativos e passivos

Demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do fechamento de balanço.

k) Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observando o critério *pro rata* dia para as despesas e receitas de natureza financeira.

3 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional

| | dez/24 | dez/23 |
|---|---------------|--------------|
| Disponibilidades | | |
| Depósitos bancários | 75 | 9 |
| Reservas livres | 1 | 515 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 62.984 | 3.196 |
| Total | 63.060 | 3.720 |

4 Relações interfinanceiras

São representados por valores em moeda nacional, depositados pela Companhia junto ao Banco Central do Brasil, de acordo com as transações de pagamento instantâneo apresentadas pelos clientes.

| | dez/24 | dez/23 |
|--|--------------|----------|
| Depósitos no Banco Central - contas de pagamento instantâneo | 1.008 | - |
| Total | 1.008 | - |

5 Operações de crédito

As operações de crédito estão compostas pelas seguintes modalidades:

| | dez/24 | dez/23 |
|--|------------|------------|
| Empréstimos e títulos descontados | 642 | 653 |
| CCBs (a) - NE 15.1 | 642 | 653 |
| Total | 642 | 653 |

(a) As operações foram realizadas em 2023 com: i) Trinus Co. Participações S.A., no montante de R\$300, com prazo de vencimento em janeiro de 2024; ii) Serv +, no montante de R\$305, com prazo de vencimento em janeiro de 2024. No exercício de 2024 os valores apresentados são decorrentes de antecipações realizadas a terceiros em geral.

A carteira de crédito e provisão para crédito por nível de risco estão assim distribuídas:

| Nível de risco | dez/24 | | dez/24 | |
|----------------|----------------|--------|----------------|------|
| | Valor contábil | % | Valor provisão | % |
| AA | 607 | 94,55% | - | 100% |
| A | 35 | 5,45% | - | 100% |
| Total | 642 | | - | |

| Nível de risco | dez/23 | | dez/23 | |
|----------------|----------------|------|----------------|------|
| | Valor contábil | % | Valor provisão | % |
| AA | 653 | 100% | - | 100% |
| Total | 653 | | - | |

Os segmentos/ramos estabelecidos na classificação da carteira de crédito estão assim representados:

| Ramo | dez/24 | |
|--------------|-------------------|------------|
| | Parcelas a vencer | Total |
| Serviço | Até 3 meses | 642 |
| Total | 642 | 642 |

| Ramo | dez/23 | |
|--------------|-------------------|------------|
| | Parcelas a vencer | Total |
| Serviço | Até 3 meses | 653 |
| Total | 653 | 653 |

Abaixo estão apresentadas as movimentações das provisões para operações de crédito:

| | dez/24 |
|-----------------------------|---------------|
| Saldo final - dez/23 | - |
| Adições | - |
| Baixas/reversões | - |
| Saldo final - dez/23 | - |
| Adições | 2 |
| Baixas/reversões | (2) |
| Saldo final - dez/24 | - |

6 Outros ativos - diversos

| | dez/24 | dez/23 |
|---|---------------|---------------|
| Ativos adquiridos por cessão de crédito (a) | 697 | 812 |
| Impostos a compensar/recuperar | 26 | 6 |
| Adiantamentos diversos | 77 | 11 |
| Outros | 43 | 5 |
| Total | 843 | 834 |

(a) A Companhia oferta a clientes pessoas físicas a antecipação de valores mediante cessão dos direitos do Instrumento Particular de Distrato ou de Acordo de Sócios, visando atuar na liquidez do mercado imobiliário junto a terrenos e donos de terras onde são construídos os empreendimentos imobiliários da região.

7 Depósitos

| | dez/24 | dez/23 |
|--|---------------|---------------|
| Depósitos | | |
| Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos (a) | 59.547 | 3.089 |
| Total | 59.547 | 3.089 |

(a) Os saldos de depósitos são valores enviados pelos correntistas da Companhia para movimentação de seus recursos em demais operações que sejam efetuadas relacionadas a pagamentos, transferências, aplicações e outras. O aumento expressivo ocorreu em função da migração das contas dos clientes da Trinus DTVM para a Trinus SCD ao longo de 2024.

8 Outras obrigações

| | dez/24 | dez/23 |
|---|---------------|---------------|
| Sociais e estatutárias | 192 | - |
| Dividendos a pagar | 192 | - |
| Fiscais e previdenciárias | 376 | 12 |
| Impostos e contribuições sobre salários | 3 | 4 |
| Impostos e contribuições sobre terceiros | 5 | - |
| Imposto de renda e contribuição social | 321 | - |
| Demais impostos a recolher | 47 | 8 |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 220 | 88 |
| Despesas de pessoal | 5 | 14 |
| Outras despesas administrativas | 215 | 74 |
| Total | 788 | 100 |

9 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social no montante de R\$4.600 (R\$4.600 em dez/23) está representado por 4.600 (4.600 em dez/23) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o montante de R\$700 de capital a integralizar, integralizados no primeiro semestre de 2024.

b) Reservas de lucros

O Lucro líquido do exercício anual terá as seguintes destinações:

- (i) 5% à constituição de reserva legal, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do Capital Social.
- (ii) Pagamento de dividendos que, de acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício.
- (iii) O saldo terá a destinação que a Assembleia Geral entender conveniente aos interesses sociais, podendo ser transferido para uma reserva estatutária que se destinará ao pagamento de dividendos ou reforço de capital, até que atinja o limite definido na legislação em vigor.

As destinações dos lucros são realizadas semestralmente.

c) Política de distribuição de dividendos

Conforme parágrafo 6º do Estatuto Social, a Companhia distribuirá, por deliberação da diretoria, como dividendo mínimo obrigatório a todas as ações, em cada exercício social, quantia equivalente a, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Resultado por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

| | <u>dez/24</u> | <u>dez/23</u> |
|--|---------------|---------------|
| Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias | 2.692 | (896) |
| Média ponderada das ações no período | 4.600 | 4.600 |
| Resultado por ação - básico e diluído | 0,5852 | (0,1948) |

10 Receitas com operações de crédito

| | <u>2sem/24</u> | <u>dez/24</u> | <u>dez/23</u> |
|------------------------|----------------|---------------|---------------|
| Rendas com empréstimos | 203 | 207 | 72 |
| Total | 203 | 207 | 72 |

11 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras

| | <u>2sem/24</u> | <u>dez/24</u> | <u>dez/23</u> |
|--|----------------|---------------|---------------|
| Rendas com aplicações interfinanceiras | 5.000 | 8.249 | 728 |
| Total | 5.000 | 8.249 | 728 |

12 Despesas com pessoal

| | 2sem/24 | dez/24 | dez/23 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Despesas com pessoal – proventos | (47) | (84) | (105) |
| Despesas com pessoal – encargos | (10) | (21) | (33) |
| Despesas com pessoal – benefícios | (94) | (116) | (45) |
| Total | (151) | (221) | (183) |

13 Outras despesas administrativas

| | 2sem/24 | dez/24 | dez/23 |
|--|----------------|----------------|----------------|
| Despesas com serviços técnicos especializados | (143) | (217) | (90) |
| Despesas com processamento de dados (a) | (1.529) | (2.739) | (1.333) |
| Despesas com serviços de terceiros | (158) | (336) | (156) |
| Despesas com serviços de informática em geral | (476) | (476) | - |
| Despesas com serviços de terceiros administrativos | (547) | (547) | - |
| Outras despesas | (305) | (514) | (121) |
| Total | (3.158) | (4.829) | (1.700) |

- (a) Composto por despesas em infraestrutura, principalmente com despesas com software para preparação operacional da Companhia. Tais contratos e serviços que têm sido realizados são destinados a licenças mensais, as quais, em sua grande maioria, seguem os padrões de mercado dos softwares, ou seja, não há por parte da Companhia a aquisição desses aplicativos que possam configurar como direitos a amortização nos próximos anos.

14 Imposto de renda e contribuição social

| | dez/24 | |
|--|----------------|----------------|
| | IRPJ | CSLL |
| Apuração do IR e CSLL | | |
| Resultado antes da tributação de IR e CSLL | 3.705 | 3.705 |
| Base de cálculo de IR e CSLL | 3.705 | 3.705 |
| Adições/(exclusões) | - | - |
| Compensações de prejuízos fiscais | (1.112) | (1.112) |
| Lucro real | 2.593 | 2.593 |
| Encargos de 15% de IR + adicional de 10% de IR | (624) | - |
| Encargos de 15% de CSLL | - | (389) |

| | dez/23 | |
|--|--------------|--------------|
| | IRPJ | CSLL |
| Apuração do IR e CSLL | | |
| Resultado antes da tributação de IR e CSLL | (896) | (896) |
| Base de cálculo de IR e CSLL | (896) | (896) |
| Adições/(exclusões) | - | - |
| Lucro Real | (896) | (896) |
| Encargos de 15% de IR + adicional de 10% de IR | - | - |
| Encargos de 15% de CSLL | - | - |

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$754 (R\$1.866 em 31 de dezembro de 2023) não contabilizados.

15 Operações com partes relacionadas

A Companhia mantém as seguintes operações com suas partes relacionadas: **15.1 Depósitos bancários com partes relacionadas**

Em 30 de junho de 2024, a Companhia possui montantes com partes relacionadas, conforme abaixo:

| | dez/24 | | |
|--------------------------------------|------------|--------------|-----------|
| | Ativo | Passivo | Resultado |
| Depósitos bancários | - | 5.654 | - |
| Trinus DTVM | - | 5.654 | - |
| Operações de crédito – NE 5 | - | - | 4 |
| Empréstimos a terceiros – Trinus Co. | - | - | 2 |
| Empréstimos a terceiros – Serv+ | - | - | 2 |
| | dez/23 | | |
| | Ativo | Passivo | Resultado |
| Depósitos bancários | - | 915 | - |
| Trinus DTVM | - | 915 | - |
| Operações de crédito – NE 5 | 653 | - | 48 |
| Empréstimos a terceiros – Trinus Co. | 326 | - | 26 |
| Empréstimos a terceiros – Serv+ | 327 | - | 22 |

15.2 Remuneração aos administradores e acionistas

A remuneração dos administradores é baseada nas melhores práticas de mercado, obtida por meio de pesquisa de mercados setoriais e entidades sindicais, devendo ser proposta pelo comitê de remuneração, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia, de forma que, após proposta, será submetida à assembleia geral para aprovação.

Os administradores, quando do efetivo exercício de suas funções, poderão receber remuneração a título de pró-labore, estabelecida de comum acordo entre os sócios e salários quando não constantes no quadro acionário. Não houve pagamentos de remuneração a diretores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

16 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível, classificados com base na opinião dos assessores jurídicos como risco de perda provável, são provisionados na rubrica “Outras obrigações”. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui processos contingenciais que precisam ser provisionados e/ou divulgados.

17 Gestão de risco

A Companhia tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas por meio do acompanhamento constante de suas operações. O monitoramento do risco de capital ocorre constantemente e é realizado com apoio do software Risk Driver Basileia III.

Os riscos à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria, acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais. Os limites operacionais apresentados pela Trinus SCD estão contemplados no cálculo da Basileia no nível do conglomerado financeiro apresentado pela Trinus DTVM. Em dezembro de 2024, o indicador foi de 70,26% (o indicador é único para o conglomerado Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.).

18 Eventos subsequentes

Entre a data-base das demonstrações financeiras e a aprovação delas pela administração não foram identificados eventos subsequentes que sejam necessários divulgação ou registro nas demonstrações financeiras.